

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.102 - PR (2019/0284992-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANDERSON OSMAR KUHL
ADVOGADO : ANDERSON OSMAR KUHL - PR0089564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : PAULO VICTOR FERRARI DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO VICTOR FERRARI DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação n. 0001751-09.2018.8.16.0151).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 550 dias-multa; e no art. 12 da Lei n. 10.826/2003, à pena de 1 ano de detenção, em regime semiaberto, bem como ao pagamento de 10 dias-multa (e-STJ fls. 97/133).

Interposta apelação, o Tribunal local deu parcial provimento ao recurso defensivo para reduzir o aumento da pena-base do crime de tráfico, redimensionando a pena para 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação. Segue a ementa do acórdão (e-STJ fls. 66/72):

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI N. 11.343/06) - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - INDEFERIMENTO - PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE - OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 42 DA LEI DE DROGAS - EXAME DA NATUREZA DAS DROGAS - EXASPERAÇÃO PROPORCIONAL E RAZOÁVEL - PEDIDO DE REDUÇÃO DA PENA-BASE - POSSIBILIDADE - FRAÇÃO DE 1/3 PARA A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE QUE SE MOSTRA DESPROPORCIONAL - REDUÇÃO PARA 1/5 - IMPOSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO - NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS - CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS SOMADAS A AÇÕES PENAIIS EM CURSO QUE DEMONSTRAM A DEDICAÇÃO DO RÉU

Superior Tribunal de Justiça

ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS - REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA - IMPOSIÇÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO MAIS SEVERO DO QUE A PENA APLICADA PERMITE PAUTADO EM MOTIVAÇÃO IDÔNEA - NATUREZA, QUANTIDADE E VARIEDADE DA DROGA QUE INDICAM O REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO COMO PROPORCIONAL E RAZOÁVEL AO CASO CONCRETO - PRECEDENTES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Foram, ainda, opostos embargos de declaração pela defesa, que acabaram rejeitados (e-STJ fls. 73/78).

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/42), o impetrante aduz que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, alegando, em síntese: a) inépcia da denúncia, uma vez que não houve demonstração de que o paciente teria se associado aos demais denunciados na suposta prática do crime de associação para o tráfico, sendo prejudicado o exercício da ampla defesa e do contraditório; b) não estão presentes os requisitos necessários à prisão preventiva; c) que não há justa causa para a denúncia, devendo esta ser rejeitada, bem como não teria sido comprovado o dolo na conduta do paciente, mediante a verificação de provas testemunhais e documentais.

Quanto à dosimetria realizada, relatou que o paciente é primário e apresenta condições pessoais favoráveis, devendo sua pena ser redimensionada, mediante a aplicação da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 à fração máxima de 2/3 (dois terços), sendo possível a alteração para regime inicial menos gravoso e, em consequência, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Afirma, ainda, ser cabível a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal e argumenta que o paciente é acometido de vários problemas de saúde, devendo ser posto em prisão domiciliar para o devido tratamento.

Ao final, requer,

Superior Tribunal de Justiça

a) Conceder a medida LIMINAR, ante a existência de fumus bon iuris e periculum in mora, determinando a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA do paciente, com a fixação de imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, ou se outro for o entendimento de Vossa Excelência, que seja DEFERIDA PRISÃO DOMICILIAR, mesmo que temporária, para que o Paciente, fique mais perto de sua família, e possa se tratar de suas doenças, no endereço anexo aos Autos, com ou sem monitoração eletrônica, devido aos problemas de saúde do mesmo, a critério de Vossa Excelência, também mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo-crime, bem como no processo criminal onde existe condenção ainda sem trânsito em julgado, conceder a diminuição prevista no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11.343/06, para que cumpra sua pena em regime aberto com a conversão em restritiva de direitos, ou se outro for o entendimento de Vossas Excelências, que seja deferido o regime semiaberto para o cumprimento de pena, vistas a pena ser inferior a 8 (oito) anos.

É o relatório. **Decido.**

De início, cabe consignar que os pleitos referentes ao reconhecimento da inépcia da denúncia, da ausência de justa causa, a concessão da prisão domiciliar, bem como a revogação da prisão preventiva foram analisados no HC n. 519.397/PR. Assim, trata-se de mera reiteração de insurgência que já foi submetida à apreciação desta Corte, revelando-se incabível.

Quanto aos demais temas referentes à dosimetria, regime e substituição da pena, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião

Superior Tribunal de Justiça

do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

